

A CIDADE NA INFÂNCIA, A INFÂNCIA NA CIDADE

A cidade na infância,
a infância na cidade

Vania Carvalho de Araújo¹

¹Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) – Brasil

Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar parte dos resultados de um estudo exploratório qualitativo realizado com crianças matriculadas em instituições públicas de educação infantil. Tem como foco a análise das narrativas mais frequentes e inusitadas das crianças sobre os sentidos que atribuem à cidade. Os resultados indicam que, embora imersas em uma imagem agonística de cidade, reiterada pelos acontecimentos de violência, fugacidade do tempo, dores e separações, as crianças conseguem estabelecer outros vínculos com o lugar onde moram a partir das experiências compartilhadas, fazendo sobressair um modo próprio de interpretação.

Palavras-chave: Crianças na cidade. Cidade e culturas infantis. Infância, cidade e educação infantil

Abstract

This paper aims at presenting part of the results of a qualitative exploratory research performed with children registered in public institutions of childhood education. It concentrates on the analysis of the most common and unusual narratives of children about the meanings they attribute to the city. The results demonstrate that, although immersed in an agonistic image of the city, repeated by acts of violence, brevity of time, pain and separation, children are able to establish other ties with the place where they live from shared experiences, bringing out a proper way of interpretation.

Keywords: Children in the city. City and children's cultures. Childhood, city and childhood education.

INTRODUÇÃO

Iniciamos as reflexões dando destaque a duas obras cujas narrativas se enredam por meio de olhares recobrados à memória da infância na cidade. Não obstante a equidistância dos acontecimentos narrados, a infância rememorada expõe lampejos de alegrias, amarguras, encontros e desencontros em uma cidade, ao mesmo tempo simbólica e física, cujas lembranças são reavivadas como marcas de uma experiência que transcendeu seu próprio tempo.

Em seu livro *A cidade e a infância*, Vieira¹ (2007), um português que, quando criança, emigrou com a família para Angola, narra uma história autobiográfica por meio de uma tessitura de experiências vividas com amigos, familiares e desconhecidos ocorridas em um contexto colonial africano de Luanda. Suas histórias revelam um tempo que não ficou no passado, mas é reavivado nas aventuras compartilhadas com os amigos, nas brincadeiras proibidas, no espírito empreendido nos tempos de criança. Passadas décadas de distância impostas pelo khronos, um encontro de acaso, como Vieira (2007) mesmo define, transforma-se em um encontro cruel que o faz se lembrar da meninice descuidada que desafiava lugares desconhecidos. Agora adulto e um pouco envelhecido, avista seu velho amigo de infância ferozmente marcado pelas agruras da vida. O autor das grandes conspirações e chefe do bando não o reconhece mais. O tempo, implacável, não permite instituir o mesmo sentido de outrora. Ele os tinha separado e transformado o amigo em um farrapo de vida. O velho amigo, antes cúmplice dos acontecimentos, tornara-se agora um estranho.

As saudades que atravessam Vieira fizeram replicar dentro de si a memória de uma época impressa no seu corpo. Se a cidade mudou, se os amigos sucumbiram, ele continuou a carregar as aventuras da experiência da infância na cidade que o tempo não foi capaz de cancelar. A idade que se esvai

faz ressoar a infância dentro de si:

Como são dolorosas as recordações! Oh, quem me dera outra vez mergulhar o corpo na água suja e ter a alma limpa como nos tempos em que ele, eu, o Mimi, o Fernando Silva, o João Maluco, o Margaret e tantos outros éramos os reis da Grande Floresta. Mas tudo se modificou e só a ferida feita pela memória persiste ainda (VIEIRA, 2007, p. 12).

Em outro contexto, trazemos à cena o romance *Istambul*: memória e cidade, do escritor turco Pamuk, ganhador do Prêmio Nobel de Literatura em 2006. Suas histórias narram a alma da cidade em preto e branco, os acontecimentos familiares enredados por alegrias, desconfianças, melancolias, silêncios, tradições, costumes, migrações, solidão em uma cidade que se ensejava cosmopolita. Dos labirínticos arquivos otomanos às memórias de sua vida cotidiana, descortinam-se as mil faces da cidade dentro de si. A partir de um ângulo pessoal e bem singular, rememora *Istambul* por meio de um olhar desconfiado, como ele mesmo afirma, por meio de um outro fantasmagórico:

[...] nunca deixei *Stambul*, nunca deixei as casas, as ruas e os bairros de minha infância. Embora tenha vivido em áreas diferentes de tempos em tempos, cinquenta anos depois vejo-me de volta ao mesmo Edifício Pamuk onde as minhas primeiras fotografias foram tiradas e onde a minha mãe me pegou pela primeira vez no colo para mostrar-me o mundo (PAMUK, 2007, p. 13).

Essas duas obras chamam a atenção para o quanto a cidade, carregada como expressão de uma memória da infância, não se apagou com o tempo e foi capaz de tornar-se permanente na vida de um adulto. Da infância na cidade que possibilitava trocentas aventuras, desafiar o tempo, encontrar amigos, encenar batalhas, onde em cada canto se descobriam os desatinos e as possibilidades

da vida, restam apenas fragmentos da memória de uma cidade na infância. E mesmo que haja um passado em seu presente, os adultos não conseguem viver a cidade como antes, pois, de um espaço que se estruturava em torno de um tempo não sabido, a adultez empresta suas táticas para não se deixar mais entreter com e na cidade.

Tais passagens fazem-nos questionar: por que, como adultos, a cidade nos escapa com o passar dos tempos e nos assusta com sua incômoda razão de ser, percebida agora como um campo privado de entretenimento? Uma criatura antes conhecida transforma-se, aos poucos, em um emaranhado de coisas estranhas, disformes, incapazes de serem compreendidas. Nela se corre, nela se atravessa, nela o olhar se dirige para aquilo que realmente interessa em um mundo absorto de novidades, enredado que está por uma perspectiva econômico-utilitarista.

Se a cidade guardada na memória pessoal é capaz de reavivar a infância que se foi do adulto, o que nos resta senão cuidar para que a cidade ao menos consiga capturar das crianças suas formas inventivas e criativas; consiga oferecer-lhes um presente sem trair as possibilidades de suas artimanhas infantis e de suas criancices em espaços normalmente dominados pela racionalidade adulta. Ir ao encontro das crianças na cidade nos desafia a aprender com elas, ouvir o que têm a nos dizer, garantir a continuidade de suas experiências, resguardando-as dos vínculos que o passado, o presente e o futuro têm a lhes oferecer e por meio deles poder reinventar o mundo, fazendo valer o que dissera Guimarães Rosa (1986, p. 412) “[...] um menino nasceu – o mundo tornou a começar!”.

NOSSO ENCONTRO INICIAL COM AS CRIANÇAS E COM AS CIDADES

Fazer pesquisa sobre os sentidos atribuídos pelas crianças à cidade! Tal ideia era ensaiada há tempos, mas sua inspiração veio à tona, ao sermos testemunha do quanto a cidade não consegue acolher as crianças fora dos esquemas institucionalmente estabelecidos. Os espaços a elas normalmente destinados, como praças e parques, chamam a

atenção pela insensatez de sua composição que sequer deixa entrever formas originárias de pertencimento público. Seu vazio social não interessa a ninguém e a rara presença dos adultos já indica um ritual fúnebre de sua promessa como espaço de encontro, de trocas intergeracionais e um atributo da vida em comunidade (ARAÚJO, 2017).

Foi com essa imagem tão representativa de grande parte das cidades brasileiras, replicada nas várias cidades do Estado do Espírito Santo, que nosso interesse de pesquisa² voltou-se para compreender como as crianças sobrevivem e, ao mesmo tempo, escapam à anomia da cidade quando esta se revela como um espaço petrificado, muito próximo de uma experiência fantasmagórica que causa medo, impossibilidades de encontros, inseguranças e desconfortos. Onde estariam as crianças diante disso tudo? O que pensam da cidade, compreendida em seus diferentes modos de habitar os contextos rurais e urbanos? Enfim, quais os sentidos que atribuem à cidade, seja ela materializada por meio de suas experiências, seja ela representada nas suas diferentes formas de simbolizar o mundo?

Ao privilegiarmos o encontro pessoal com os meninos e meninas de cinco anos de idade nas suas próprias instituições, colocamo-nos na condição de estrangeiros, cujo desafio era sermos acolhidos por elas no lugar onde passam a maior parte do tempo. Durante três meses de trabalho de campo, membros da equipe pesquisadora se dividiram para a entrevista às crianças nas 20 instituições indicadas (contexto rural e urbano)³ dos dez municípios selecionados. Após explicitar sobre o motivo de nosso encontro e falar sobre o objetivo da pesquisa, perguntamos quem gostaria de participar. Como um gesto espontâneo e de pura curiosidade, as crianças

2 Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo – Fapes (2015-2017).

3 Para a escolha das instituições de educação infantil, levamos em conta sua localização no contexto urbano e no contexto rural, conforme indicação das respectivas Secretarias de Educação.

levantaram as mãos, significando um gesto de concordância ao convite. Decidimos, conjuntamente, não forçar a barra para as crianças participarem ou criar uma situação artificial para tal participação, mas que fosse decorrente do desejo pessoal de cada uma. Inicialmente, tínhamos planejado entrevistar 12 crianças de uma única turma nas 20 instituições de educação infantil. Das 240 crianças inicialmente previstas, 220 crianças participaram efetivamente. Para a escolha das cidades, levou-se em consideração a caracterização aplicada pelo Governo do Estado do Espírito Santo na definição das dez microrregiões do Estado (Lei Estadual nº 9.768/2011).

As questões foram organizadas de modo a não cansar as crianças e adequar o tempo de nossa permanência em cada cidade, pois as instituições localizadas no campo exigia um maior deslocamento de nossa parte, pois muitas se encontravam a quilômetros de distância do centro da cidade. Para a elaboração das perguntas, propusemos três eixos de análise: 1) Quais os sentidos que as crianças atribuem à cidade; 2) Os diferentes modos de habitar da criança em contexto rural e/ou urbano; 3) A caracterização da cidade sob o ponto de vista da utilização dos seus espaços pelas crianças. Para os dois primeiros eixos, elaboramos as seguintes questões a serem tratadas com as crianças: O que você mais gosta e menos gosta do lugar onde mora? O que é cidade para você? O que tem numa cidade? Quais os lugares da cidade que as crianças podem e não podem frequentar? Por quê? Quais são os seus lugares favoritos na cidade? Onde você brinca? Onde as outras crianças brincam? Se você pudesse construir uma cidade, como ela seria? Das respostas, interessou-nos analisar os sentidos e os enunciados mais recorrentes pelas crianças, mas também aqueles que expressavam algum sentido inusitado ou chamavam a nossa atenção pela sua peculiaridade. Enquanto os dois primeiros eixos de análise requereram um encontro mais direto com as crianças, o terceiro eixo impeliu-nos a conhecer melhor a cidade e os contextos de vida das crianças, principalmente nos espaços sociais mais amplos.

Nas dez cidades pesquisadas foi comum encontrar

espaços destinados às crianças, tendo como referência uma funcionalidade arquitetônica padronizada, mais próxima de um lugar de passagem do que um lugar de encontro. Seus equipamentos (gangorras, escorregadores e balanços), corroídos pelo tempo, indicavam a obsolescência de algo não provado e esvaziado de sentido. Estão ali, imobilizados pelo desuso, encarcerados em um espaço que expõe a paulatina degradação de uma experiência pouco visível.

No encontro com as crianças, suas narrativas dão conta de expor uma inexorável experiência, já que a elas não pertencem (se é que algum dia pertenceram) os espaços lúdicos institucionalmente forjados. Quando estes existem, encontram-se distantes de seus contextos de vida, descontextualizados, precarizados e deslocados da convivência com a escola e suas moradias. Por isso, a maioria das crianças de nossa pesquisa não aponta as praças e parques como o lugar onde mais brincam, mas os consideram como um lugar onde as outras crianças deveriam brincar.

Referindo-se ao racionalismo operacional recorrente do urbanismo dos administradores públicos, Lefebvre (2001, p. 31) comenta: “Este urbanismo se pretende científico. Baseia-se ora numa ciência, ora em pesquisas que se pretendem sintéticas (pluri ou multidisciplinares). Este cientificismo, que acompanha as formas deliberadas do racionalismo operatório, tende a negligenciar ‘o fator humano’[...]”. Essa afirmação nos instiga a refletir sobre o perceptível movimento de uma racionalidade cientificamente organizada instituindo-se na cidade de modo a fazer prevalecer sua característica funcional.

Em nossa investigação, a maioria das cidades selecionadas está localizada em contextos interioranos. Em comparação com outros Estados da Federação, tais cidades são consideradas de pequeno e médio porte⁴. Isso evidencia um fluxo de proximidade entre seus habitantes, proximidade essa

4 De acordo com as instituições brasileiras de estatística, cidades pequenas são aquelas que possuem até 20 mil habitantes, enquanto cidade média é aquela classificada acima desse montante. As consideradas de grande porte são aquelas com mais de 500 mil habitantes (MAIA, 2010).

que ocorre também nos contextos das instituições públicas de educação infantil, como as selecionadas para a pesquisa. Se a diversidade de gênero (mesmo se identificarmos similitudes nas respostas de meninos e meninas) e a realidade social distinta das crianças foram elementos importantes ao processo inicial de pesquisa, a decisão das crianças de querer ou não participar foi fundamental. De acordo com Fernandes (2016, p. 765), é importante que a participação das crianças seja voluntária, “[...] sem provocar na criança qualquer sentimento de coersão”. Os vínculos criados, não obstante a fugacidade do tempo, possibilitaram-nos uma escuta às suas sensibilidades, analogias e imprevisibilidade de sua imaginação que, muitas vezes, exigia uma atenção redobrada às suas narrativas. “O que está em jogo ao ouvirmos as crianças é toda uma série incontrolável de acontecimentos que emergem como fios que são da tessitura de suas existências individuais” (CARVALHO & MÜLLER, 2010, p. 78).

As crianças, das mais tímidas às mais desvoltas, tinham sede de serem ouvidas. Embora o estudo exploratório não permitisse certa regularidade dessa experiência, a qualidade do tempo vivido com elas possibilitou um sentimento de cumplicidade e fragmentos de uma amizade construída, porque “as palavras eram livres de gramáticas e podiam ficar em qualquer posição. Por forma que o menino podia inaugurar. Podia dar às pedras costumes de flor. Podia dar ao canto formato de sol” (BARROS, 2004, p. 11).

COMPREENDENDO OS CONTEXTOS DE VIDA DAS CRIANÇAS

Diferentemente das cidades pertencentes à Região Metropolitana de Vitória, as instituições públicas de educação infantil, situadas em contextos rurais ou urbanos das pequenas cidades do Estado do Espírito Santo, agregam diferentes grupos sociais de crianças, uma vez que instituições privadas nessas localidades quase inexistem. Se não há espaços comuns de convivência com outras crianças e adultos, elas se utilizam

de artifícios para se remeterem às suas experiências na cidade (aqui compreendida em sua composição rural e urbana)⁵, uma vez que o brincar aparece como o que mais gostam do lugar onde moram (brincar de bicicleta; brincar de boneca; andar de motoca; jogar videogame; brincar de pipa, brincar de pique-esconde; jogar futebol etc.).

Se, para essas crianças, o brincar é materializado pelo uso de um objeto/brinquedo ou formas de brincadeiras, para outras, o que mais gostam do lugar onde moram assume outra configuração, indicando ora um lugar socialmente demarcado (gosto da rua; gosto do sítio; gosto do banco de terra; do meu quarto de brinquedo; da casa da avó; da praia; da minha casa; da roça; do parquinho; do supermercado; do quintal; da casa do meu avô Oswaldo; da escola; do shopping; da casa da Tia Gê; da cachoeira; do Ferreirão – loja que vende brinquedo; do meu quarto etc.), ora um lugar fortemente nomeado pelos vínculos afetivos construídos com familiares, amigos ou decorrentes de outras formas do viver (gosto da comida, de doces e sorvetes; gosto de festas, aniversários e churrascos; de picolé; da vovó; de viajar com o meu pai; do meu cachorro; dos meus brinquedos; dos bois; do Juan – amigo; da galinha; do recreio; da minha gata etc.), deixando transparecer uma peculiar experiência que fazem na e da cidade. O brincar se apresenta como um fluxo de pertencimento e, mesmo desprovido de uma aparente representação objetivável, sua nomeação está circunscrita nas relações de prazer, cumplicidade, companheirismo e afetividade estabelecidas com outras pessoas e com outros espaços sociais que frequentam. Ele se apresenta como um suporte de sociabilidade das crianças e entre elas (BORBA, 2007).

Curiosa questão em um tempo cujas iniciativas em torno do planejamento da cidade estão mais próximas à

5 De acordo com o Inep (2006), a definição de rural e urbano ainda se apresenta fluida na realidade brasileira, seja pela composição das edificações, economia e paisagens, seja pela densidade demográfica. Mesmo sem um consenso estabelecido entre os pesquisadores, optamos pela seleção das instituições rurais e urbanas conforme denominação dada pelos municípios investigados.

construção de espaços lúdicos para as crianças brincarem do que para ampliar suas possibilidades de brincadeiras nos diferentes tempos e espaços sociais onde habitam ou circulam. Empreendemos aqui, ao menos, duas análises sobre a nomeação das brincadeiras dadas pelas crianças a espaços mais privados de ação, tais como a casa e o quarto. Uma primeira hipótese pode estar na ausência de significado que elas atribuem aos espaços mais amplos da cidade onde moram, tais como praças e parques, espaços existentes sem a devida manutenção, com equipamentos monofuncionais que raramente permitem às crianças reinventar o seu uso, expostos que estão a uma intensa radiação solar devido à falta de vegetação em seu entorno. Como o seu uso não é recorrente, não há uma cultura pública para sua utilização, ou seja, as crianças desde bebês não são estimuladas a compartilhar experiências com outras crianças e adultos nas praças e parques existentes nas suas cidades, quando estes existem.

Outra hipótese é que as crianças estão sendo excluídas do direito à cidade, “[...] condição de um humanismo e de uma democracia renovados” (LEFEBVRE, 2001, p. 7), pois não são estimuladas a viver os diferentes espaços públicos da cidade porque raramente eles existem de forma segura, atrativa e mobilizadora da infância. Nesse caso, os espaços privados da própria casa, da casa dos amigos e parentes se revelam como espaços mediadores do brincar. Consideramos que tais hipóteses não são excludentes uma em relação à outra, mas reúnem elementos importantes de reflexão sobre as formas peculiares como as crianças simbolizam o mundo e escapam das atrocidades que a cidade lhes impõe com a existência de espaços bem demarcados para brincadeiras, com brinquedos e artefatos que os adultos supõem serem próprios às crianças e à infância.

Retomando a obra *A cidade e a infância*, ao avistar o velho amigo, Vieira recobra imediatamente uma infância vivida na cidade de Luanda. O que vem em relevo nesse ápice inicial de suas memórias são as fugas da escola, a experiência

de mergulhar o corpo na água suja, jogar bola com os amigos, comer tamarindos, colocar em prática os planos maquiavélicos elaborados.

Tal como a experiência de Vieira, as respostas das crianças parecem representar esses pequenos fragmentos da infância vivida, já que, para elas, o lugar onde moram se desvela também como uma possibilidade de encontro com o outro, de subversão e criação de brincadeiras socialmente instituídas. Se a construção de praças e parques é importante, ela não é um valor em si mesmo e nem se constitui em um espaço autoevidente de brincadeiras, visto que, além de as praças e os parques serem construídos para as crianças e não a partir delas e com elas, seus equipamentos, com características monofuncionais, não permitem que a infância apareça na sua plenitude, fossilizadas que estão suas formas de uso e desuso. Ao mesmo tempo, os espaços recriados pelas crianças, muitas vezes invisibilizados pelos adultos, acabam não sendo legitimados no sentido que as crianças mesmas lhes atribuem. Os constantes dias de sol fazem queimar seu corpo com a queimadura do ferro triste e igualmente exposto⁶. Desse modo, a criança só pode assumir, “[...] o papel de utente, e nunca o do criador; ela não inventa o mundo, utiliza-o: os adultos preparam-lhe gestos sem aventura, sem espanto e sem alegria” (BARTHES, 2003, p. 60), ainda que, em várias situações, elas demonstrem que não são “[...] receptáculos passivos das culturas adultas” (SARMENTO, 2007, p. 22).

Dois aspectos aparentemente não relacionados nos chamam a atenção a partir das falas das crianças. Um primeiro diz respeito aos vínculos que as crianças moradoras das cidades Nas dez cidades investigadas, quatro delas continham praças “destinadas” a crianças com modelos idênticos de equipamentos e cores. Nas demais cidades, os espaços das praças se apresentavam reduzidos a balanços e a escorregadores,

6 Nas dez cidades investigadas, quatro delas continham praças “destinadas” a crianças com modelos idênticos de equipamentos e cores. Nas demais cidades, os espaços das praças se apresentavam reduzidos a balanços e a escorregadores, alguns deles em situação precária de conservação.

alguns deles em situação precária de conservação. litorâneas estabelecem com a praia. As praias raramente são mencionadas como espaço onde elas mais gostam de brincar na cidade. Se, à primeira vista, pode ser perceptível tal afirmação em função de a água ser fria, a praia se apresenta mais como um lugar de tensão da vigilância do que um espaço de brincadeiras livres, ou seja, para ir à praia, elas dependem da companhia dos adultos. Todavia, tal como a praça e os parques, a praia parece também tornar-se uma paisagem monótona pela sua costumeira presença ou porque sua localização exige um maior deslocamento de seus contextos de residência, mesmo nas cidades litorâneas⁷.

Enquanto algumas crianças raramente nomeiam a praia como um lugar de brincar, outras conseguem perceber o vazio social de seu contexto, denunciando as consequências da especulação da terra ocupada por dezenas de hectares de abacaxi. Esse espaço, impossível de ser habitado, traduz o legado do oligopólio que nada mais oferece às novas gerações do que uma paisagem opaca e rotineira, destituindo de vez as possibilidades da terra como co-propriedade (LEFEBVRE, 2001). O lugar onde mora deixou de ser um espaço brincante e transformou-se em uma visão tediosa da monocultura do abacaxi. Quando responde sobre o que mais gosta do lugar onde mora, diz: Não gosto de nada daqui. Aqui só tem abacaxi (Carla, 5 anos, remetendo-se a uma extensa área de cultivo de abacaxi próxima à sua casa). Assim, desejar morar na “cidade” transforma-se em um modo de dar outro sentido à própria vida.

Indagadas sobre o que menos gostam do lugar onde moram, as crianças pouco se remetem a um lugar específico. Suas respostas se articulam com as impressões primeiras de suas experiências vividas em contextos rurais (R) e em contextos urbanos (U): (R) Não gosto de carne amassada (Mateus). (U) Não gosto do mosquito da dengue (Giovana). (U) Quando a

7 Das dez cidades pesquisadas, três possuem praias. Contudo, para as demais cidades, as praias se constituem em espaços estratégicos de lazer.

minha irmã não me deixa jogar no quarto dela (Humberto). (R) De girafa e peixe com espinhos (Maria Angélica). (R) Da floresta, porque tem leão, cobra e tigre e eu tenho medo (Nicolas). (U) De água de coco (Caio). (U) Da igreja, porque demora muito a acabar (João Pedro). (U) De tomar banho na praia quando está frio (Maria Arlete). (R) Lá onde está o boi bravo (Fernando). (R) Quando o meu tio chega com o caminhão dele e me atrapalha a assistir TV (Ian). (U) Da chuva, porque alaga a rua (Danilo). (R) De jambos amargos (Raquelaine). (R) De ir em Marilândia. Lá tem piscina e quase morri lá (Sabrina). (U) Da síndica do meu prédio, porque ela reclama demais (Luiza). (U) Do banco do meu pai, porque tem muita gente e muita fila (Ana Júlia.).

Nas diferentes respostas, as crianças colocam a descoberto as interações estabelecidas com pessoas, acontecimentos e lugares que remetem a rotinas constrangedoras ou a alguma impressão negativa ou desconfortante, mesmo que algumas de suas representações sejam retiradas do universo cultural dos adultos e se apresentem com um novo significado – como o caso das campanhas feitas pelo governo nas escolas sobre os perigos do mosquito transmissor da dengue. Distintamente das respostas sobre o que mais gostam do lugar onde moram – cujos enunciados indicam, com certa frequência, a materialidade do lugar onde tais experiências ocorrem –, ao citarem o que menos gostam do lugar onde moram, recorrem mais ao âmbito de suas sensibilidades e menos às impressões de um lugar objetivamente determinado. Por considerarmos cidade um conceito mais abstrato para a sua compreensão – ao menos foi o que percebemos durante as entrevistas iniciais –, a reelaboração da pergunta para O que você menos gosta do ‘lugar’ onde mora? possibilitou-lhes estruturar melhor o pensamento a partir dos vínculos que estabelecem com suas formas de existência e inserção social local.

Outro aspecto digno de ser destacado no processo de escuta às crianças é o quanto a pergunta O que menos gosta? Ou, em alguns casos, Do que não gosta do lugar onde mora? pode ter impactado algumas delas, já que o enunciado da pergunta

soava como algo estranho ou inusitado. Quando afirmam: Gosto de tudo, Tudo é legal, Não sei, Lugar nenhum ou não respondem, é porque conseguem transpor suas experiências do lugar onde moram para outros patamares de compreensão e sensibilidades, não deixando escapar ou não conseguindo identificar os seus elementos supostamente negativos ou menos interessantes. “As culturas da infância exprimem a cultura societal em que se inserem, mas fazem-no de modo distinto das culturas adultas, ao mesmo tempo que veiculam formas especificamente infantis de inteligibilidade, representação e simbolização do mundo” (SARMENTO, 2004, p. 22).

Se a pouca disponibilidade de espaços comuns de brincadeiras das crianças em contextos sociais mais amplos deixa transparecer um esvaziamento do sentido comunal da cidade, outras redes vão se constituindo nos limítrofes da esfera privada. A lógica da segurança e a ausência de criação de espaços comuns em diferentes contextos sociais são alguns dos motivos da manutenção das crianças a uma forma mais privada e individualizada de brincadeiras. Isso fica evidente quando, indagadas sobre onde brincam, terminam por indicar a própria casa, o quarto, o quintal ou o terreiro de secar café. Se tais respostas denotam o quanto as crianças estão confinadas a territórios restritos à própria casa, expõem vínculos mais dependentes dos adultos. Assim, algumas de suas brincadeiras ficam condicionadas a espaços delimitados com maior segurança, o que, sem dúvida, reduz a visibilidade pública e as trocas de repertórios mais plurais de brincadeiras.

Esse refúgio das crianças a espaços privados não parece ser uma realidade própria dos grandes centros urbanos. Enquanto, nos contextos urbanos pesquisados, a rua parece constituir-se um espaço de pouca participação e interação entre as crianças, nos contextos do campo, não há uma atenção por parte da administração pública à criação de espaços de convivência (principalmente nas pequenas comunidades), que possibilitem a seus habitantes ressignificar o modo de habitar e com-viver em um mesmo território. Contudo, se a criação de suportes institucionais é importante para estimular

novas formas de interações entre as crianças e entre elas e os adultos, tais suportes, por sua vez, não garantem, por si sós, a produção de alteridades. Por isso, faz-se necessário fortalecer as redes já estabelecidas entre as crianças e entre elas e os adultos, ajudando-as a transpor o universo privado de existência para formas também compartilhadas de experiência, o que significa pensar que a casa e a escola não devem ser consideradas espaços mais adequados da presença das crianças na cidade (GOMES & GOUVEIA, 2008).

Quando a pergunta se volta para Quais são os seus lugares favoritos na cidade?, mais uma vez, os vínculos afetivos com alguém (amigo, avó, tia, pai, mãe) aparecem como símbolo de prazer, afetividade, cumplicidade, encontro e boas lembranças. Estar ou ir à casa de alguém, seja na própria cidade, seja em uma outra cidade, é interpretado como um momento de recorrer a experiências para além do contexto de sua residência, onde frequentemente brincam. Quando os espaços externos à própria casa aparecem como os lugares prediletos da cidade, é interessante observar que a apropriação positiva dos lugares de que as crianças mais gostam na cidade está articulada a diferentes experiências culturais e sociais vividas com amigos, familiares e parentes e fortemente marcadas por uma experiência compartilhada em outros ambientes, como parque, praia, pracinha, roça, cachoeira, rio, escola, shopping, cinema e outras cidades. Contudo, lembrar ou estar em algum lugar como possibilidade do brincar é o que mais predomina nas falas das crianças, pois tal experiência transforma-se em uma referência importante na definição dos lugares de que elas mais gostam na cidade.

As crianças de nossa pesquisa revelam o que gostam na cidade tendo como referência aquilo que conhecem, vivenciam ou carregam das suas experiências. São essas experiências, constrangedoras ou não, que sobressaem nas referências que têm da e sobre a cidade. Se elas ocorrem é porque a cidade se desvela como uma realidade cuja significação social foi capaz de eclodir novos modos de interação entre elas e entre elas e os adultos, não obstante seus conflitos e contradições. Assim,

as crianças também atribuem sentidos à cidade fora de uma ordem ideacional imposta por uma racionalidade já dada e por meio de um modo próprio de interpretação da realidade (CORSARO, 2011) que termina por desafiar a construção hegemônica de espaços lúdicos infantis e a experiência que fazem com outras crianças e adultos na cidade.

Se Vieira e Pamuk foram capazes de testemunhar a cidade vivida na infância e por meio dela transmitir suas experiências, cuidar da memória da cidade, para que ela não seja esquecida, parece uma forma de nos responsabilizarmos pela infância na cidade, possibilitando às crianças não só estabelecer relações de sociabilidades com outras crianças, mas também fazê-las compartilhar um conjunto de heranças simbólicas e materiais deixadas pelas gerações passadas. Os perigos do empobrecimento do diálogo entre as gerações depõem contra a possibilidade de uma experiência na cidade, cujos vínculos entre crianças e crianças e entre crianças e adultos possam ser mais duradouros e menos aderidos à presentificação da vida. Assim, considerar a experiência da infância como constitutiva da vida adulta implica pensar como a infância tem sido reconhecida na dinâmica social da cidade e como a cidade tem se constituído em um espaço de trocas culturais, amizade e felicidade pública.

Na medida em que a cidade perde o seu significado de comunidade de sentido, ela se conforma a um modo pragmático, a um tempo saturado de agoras, despotencializador de outras formas mais duradouras e comuns de existência, pois “[...] sem laços estáveis, produz-se um déficit simbólico no indivíduo e na sociedade, uma vez que valores dependem de um espaço comum de experiências compartilhadas” (MATOS, 2009, p. 102). Assim vale questionar se é possível superar uma concepção da cidade como instrumento da vida impessoal, como afirmara Sennett (1996), e torná-la palco das possibilidades humanas. Evocar as memórias da cidade na infância e compreender as múltiplas formas como as crianças vivem a cidade parece-nos ser um modo de nos comprometermos com a infância na cidade, pois a memória pública de uma cidade significa “[...] construir, preservar e cuidar de um mundo que nos pode

sobreviver e permanecer um lugar adequado à vida para o que vem após” (ARENDRT, 2007, p. 132).

A INFÂNCIA NA CIDADE E A CIDADE NA INFÂNCIA: CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso de nossa pesquisa, observamos que as crianças estabelecem diferenciados sentidos e vínculos com a cidade que se estruturam por meio das interações construídas com outras crianças e com os adultos. Fortalecer os espaços de trocas sociais e culturais pressupõe a criação de dinâmicas que valorizem as culturas infantis e o seu modo peculiar de interagir e habitar a cidade. Contudo, a consideração das culturas infantis na cidade significa também analisar as reais condições de vida das crianças, protegendo-as de qualquer forma de exclusão, exploração ou situações vexatórias.

A infância na cidade guarda uma estreita conexão com a nossa atitude em relação às crianças, pelo modo como ainda são socialmente invisibilizadas na cidade e pela forma como somos instigados a percebê-las como alguém capaz de iniciar algo novo no mundo. Se estamos inclinados a criar espaços institucionalmente delimitados às crianças, é porque não percebemos o quanto elas são capazes de empreender diferentes estratégias de inserção na cidade, sem que isso se traduza em um olhar naturalizado sobre suas experiências, o que, ao invés de estimular sua atuação ativa no mundo, despotencializa corresponsabilidades públicas e depõe contra as formas peculiares de apropriação que fazem do mundo.

A cidade na infância, por sua vez, remete à memória dos adultos cuja infância na cidade não deve ser esquecida e cujo passado não deve ser compreendido como um acontecimento distante, mas algo a ser tomado no presente e transmitido às novas gerações; uma atitude contrária à experiência, contada por Benjamin (1984, p. 25), do filisteu, cuja juventude é “[...] uma lembrança incômoda do espírito, por isso ele a combate”. Se já não é mais possível apreender a materialidade da cidade em um passado vivido, fazer transcender seus aspectos inapreensíveis,

suas heranças simbólicas e materiais de modo que os recém-chegados no mundo encontrem na cidade seu lugar, sua morada, é forjar um presente que evoca o passado, mantendo cada nova geração ao testemunho daqueles que viveram a cidade antes e aos que a vivem ou a viverão depois. Como bem destaca Arendt (2008, p. 87), “[...] o passado, a rememoração do que temos como origem comum, é ameaçado pelo esquecimento”. Contudo, afirma Gagnebin (2009, p. 55), inspirada em Benjamin, que, além de implicar uma certa ascese da atividade historiadora, “a rememoração também significa uma atenção precisa ao presente, em particular a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não se esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente”.

Portanto, ampliar as possibilidades de as crianças viverem a cidade no presente é ampliar as possibilidades de rememorar experiências dignas de serem contadas, de modo que não haja declínio de uma tradição compartilhada por uma comunidade, como destaca Benjamin (2012, p. 242), ao discorrer sobre os efeitos da modernidade: “[...] não somos tocados por um sopro do ar que envolveu nossos antepassados?”. Se Vieira e Pamuk foram capazes de rememorar a infância vivida na cidade, é porque a cidade foi capaz de desvelar-se como uma experiência a ser continuamente partilhada, ainda que atravessada por dores, duras recordações, alegrias, aventuras e recorrentes lembranças.

Ao descrever a cidade de Zaíra, o personagem Marco Polo narra:

A cidade se embebe como uma esponja dessa onda que reflui das recordações e se dilata [...]. Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimões das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras (CALVINO, 1990, pp. 14-15).

Enquanto a cidade de Zaíra contém o seu passado na forma materializada de sua existência, as cidades contadas por Pamuk e Vieira e aquelas desveladas pelas crianças pesquisadas ao se referirem à cidade em seus aspectos materiais (ruas, praças, casas, lojas, parques etc.), tal como asti, revelam também seu ethos, isto é, sua maneira de ser (MATOS, 2006). De modo geral, podemos afirmar que a infância na cidade e a cidade na infância carregam uma intrínseca relação entre passado, presente e futuro e nos tornam cúmplices de uma realidade que precisa ser compartilhada com as crianças.

Contudo, esse compartilhar não pressupõe um desmerecimento das competências simbólicas das crianças, ao ressignificarem a cidade e nem mesmo uma espécie de retorno a um passado que somente aos adultos é dado rememorar. Atua, antes, como um dispositivo afetivo e de sociabilidade de modo que a cidade não seja “[...] mero lugar de passagem ou simples instrumento de deslocação” (INNERARITY, 2006, p. 136) ou um espaço submisso às tiranias da violência, do consumo e da segregação geracional. Nesse sentido, que ela se constitua como um ambiente onde se articulam formas de organização social que potencializam as gramáticas das culturas da infância (SARMENTO, 2004, p. 22), o uso que fazem dos diferentes espaços da cidade por meio de suas brincadeiras, as estratégias que utilizam ao lidar com os constrangimentos da realidade de seus contextos de vida articulados às experiências dos adultos, já que também às futuras gerações cabe a responsabilidade de conservar e renovar o que temos em comum e de “[...] atualizar o passado, movê-lo ao presente, de modo que os eventos ocorridos percam a sua imobilidade (RAMIREZ, 2011, p. 124).

Das crianças das cidades recordadas às crianças do presente de nossas cidades investigadas, todas as infâncias nos desafiam a ensinar outras sociabilidades e corresponsabilidades públicas, em que a infância passada e a presente possam se encontrar, de modo que a cidade não se converta em “[...] uma metrópole impessoal e sem memória” (MATOS, 2009, p. 75).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, V.C. de; CARVALHO, J. S. F. de. As possibilidades de uma experiência compartilhada entre adultos e crianças na cidade. **Revista Pro-posições**, Unicamp, v. 28, Suppl. 1, 2017, p. 111-131.

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

ARENDT, H. **A promessa da política**. Rio de Janeiro: Difel, 2008.

BARROS, M. **Poemas rupestres**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

BARTHES, R. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Difel, 2003.

BENJAMIN, W. **Reflexões: A criança, o brinquedo, a educação**. São Paulo: Summus, 1984.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura: Obras escolhidas (vol. 1). São Paulo: Brasiliense, 2012.

BORBA, A. O brincar como um modo de ser e estar no mundo. In: BRASIL. **Ensino fundamental de nove anos**. Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

CALVINO, I. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, A. F. de.; MÜLLER, F. Ética nas pesquisas com crianças. Uma problematização necessária. In: MÜLLER, F. (Org.). **Infância em perspectiva: Políticas, pesquisas e instituições**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 65-84.

CORSARO, W. **Sociologia da infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FERNANDES, N. Ética na pesquisa com crianças: ausências e desafios. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n.66, set./dez.2016.

Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 10 mar 2017.

GAGNEBIN, J. M. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2009.

GOMES, A. M. R. e GOUVEIA, M. C. S. A criança e a cidade: entre a sedução e o perigo. In: DEBORTOLI, J. A O.; MARTINS, M. F. A; MARTINS, S. (Ed.). **Infâncias na metrópole**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

INNERARITY, D. **O novo espaço público**. Lisboa: Teorema, 2006.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MAIA, D. S. Cidades médias e pequenas do Nordeste: conferência de abertura In: LOPES, D. M. F, HENRIQUE W. (Org.). Cidades médias e pequenas: Teorias, conceitos e estudos de caso. Disponível em: < <http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

MATOS, O. **Contemporaneidades**. São Paulo: Lazuli Editora/ Companhia Editora Nacional, 2009.

MATOS, O. **Discretas esperanças: reflexões filosóficas sobre o mundo contemporâneo**. São Paulo: Editora Nova Alexandria, 2006.

PAMUK, O. **Istambul: memória e cidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

RAMIREZ, P. N. (2011). A memória e a infância em Marcel Proust e Walter Benjamin. **Revista Aurora**, 10, 119-134. Disponível em: < <http://revistas.pucsp.br>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

ROSA, G. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SARMENTO, M. J. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. In: SARMENTO, M.; CERISARA, A. B. (Ed.). **Crianças e miúdos: Perspectivas sociopedagógicas sobre infância e**

educação. Porto: Edições Asa, 2004.

SARMENTO, M. Culturas infantis e interculturalidade. In: DORNELLES, L. V. (Org.). **Produzindo pedagogias interculturais na infância**. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 19-40.

SENNETT, R. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

VIEIRA, J. L. **A cidade e a infância**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.